

TEXTO 04

Desafios para a Garantia dos Direitos Socioassistenciais das Pessoas em Situação de Rua

Nesse quarto texto iremos analisar e refletir sobre questões e processo que dificultam ou limitam a implementação dos direitos socioassistenciais das pessoas em situação de rua, causados pelas ações e omissões governamentais, ausência de outras políticas públicas, preconceitos difundidos pelos meios de comunicação de massa e a crescente violência contra essa parcela da população.

Frente a essas problemáticas, vamos identificar as estratégias de organização e protagonismo das pessoas em situação de rua, na busca pela garantia dos seus direitos.

Mesmo a situação de pessoas fazendo das ruas seu espaço de sobrevivência e moradia sendo um fenômeno social muito antigo, um dos problemas centrais da atualidade é o não reconhecimento estadual e municipal das legislações específicas para a garantia dos direitos dessas pessoas.

O desafio da Adesão a Política Nacional

Um grande exemplo dessa questão é o decreto presidencial 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua, já analisada no texto 2, que mesmo depois de nove anos, ainda não foi feita adesão por todos os estados brasileiros, incluindo entre eles o Estado de Pernambuco.

Essa adesão deve se dar por meio de um Termo específico que formaliza o interesse mútuo entre os entes federados de colaboração para execução da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Nele serão definidas as atribuições e as responsabilidades a serem compartilhadas, e a criação de um comitê gestor intersetorial, composto por todas as áreas governamentais de atendimento a essa população e representantes dos movimentos, fóruns e organizações representativas desse segmento.

As principais funções do comitê são elaborar um plano de ação com objetivo de operacionalizar a execução da política e manter uma agenda permanente de encontros para monitoramento e adequação do plano frente a atualização de diagnóstico da realidade.

Saber se o município que você mora ou trabalha já aderiu à política e acompanhar a atuação do comitê é uma importante iniciativa para fazer avançar no nível municipal a garantia dos direitos das pessoas em situação de rua.

O Desafio do Modelo

Atualmente o maior desafio apontado pelo comitê nacional intersetorial de monitoramento da política nacional para a população em situação de rua é o modelo brasileiro de atenção a essa população, concretamente apenas as políticas de assistência social e de saúde desenvolveram estratégias concretas de atenção a população em situação de rua.

Hoje o modelo socioassistencial, está dividido em várias etapas: Aproximação na rua para construção de confiança, estímulo a participação e vivências em espaço meio para cuidados e desenvolvimento do desejo de saída da rua, proposta de institucionalização em acolhimento, e acesso à residência por garantia de benefício socioassistencial de auxílio moradia provisoriamente, até chegar o acesso à moradia por desenvolvimento da autonomia do indivíduo.

As críticas a esse modelo é que ele é lento, pode demorar até dez anos para um adulto voltar a morar em uma casa. A outra crítica é que esse modelo é mais caro, pois envolve muita estrutura e profissionais, e não consegue ser universalizado para todos que precisam, além da baixa eficiência, cada etapa é um funil e poucas pessoas que começam na primeira etapa conseguem chegar ao final. Sem contar com a alta reincidência, depois de alguns anos, as pessoas acabam retornando para a rua.

Não é possível mudar um modelo sem uma proposta clara de outro, e a fundamentação para um novo modelo veio das experiências internacionais, “*Housing First*” - Moradia Primeiro -, implementado com relativo sucesso no Canadá, Portugal, Estados Unidos da América e outros países.

Esse modelo busca superar de forma permanente a situação de rua, partindo da premissa que a moradia é um direito humano básico que não deve ser negado a ninguém, independente das circunstâncias de vida, como o desemprego, os transtornos mentais e a dependência severa de álcool e outras drogas.

O passo a passo para implementação desse modelo passa necessariamente por: Treinamento da equipe na filosofia e método do modelo “*Housing First*”, desenvolvimento de aproximação social, seleção dos beneficiários do programa, definição de perfil social e demandas individuais, identificação de possíveis locações,

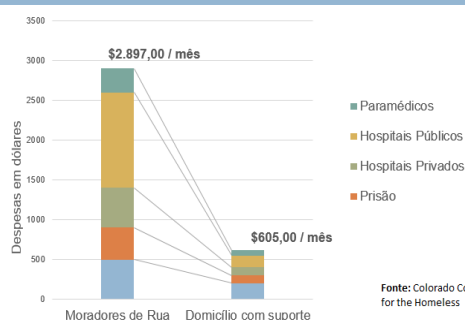
visitas com os beneficiários para escolha da unidade, estudo e assinatura do acordo de locação e adesão ao programa, locação, mudança e instalação de mobília mínima, acompanhamento individual com visitas domiciliares, elaboração de plano para gestão de crises, manutenção da vida domiciliada e conexão com demais políticas públicas de acordo com as demandas do beneficiário.

Em Lisboa, esse modelo garantiu a redução de 50% da situação de rua de adultos na cidade. Em Los Angeles, os custos de atendimento estão se mantendo numa média cinco vezes menor com o modelo “*Housing First*”.

Em nenhuma das experiências internacionais esse modelo é aplicado para garantir os direitos as crianças e adolescentes em situação, tendo em vista sua condição peculiar de desenvolvimento, ou seja, o modelo é bom, mas não se aplica a toda diversidade das pessoas que estão em situação de rua no Brasil.

Para a maioria das organizações que atendem as crianças e adolescentes em situação de rua, o foco não é a mudança de modelo nacional de atendimento, mas a inexistência de alguns serviços socioassistenciais, um desses exemplos é a falta de um espaço de convivência e cuidado para as crianças e adolescentes em situação de rua, pois para os adultos é o Centro

Uma pessoa em situação de rua em Los Angeles (Skid Row) custa 5 vezes mais que uma no Housing First



FONTE: Colorado Coalition for the Homeless

Especializado de Referência para as Pessoas em Situação de rua – Centro Pop, no qual, seus usuários podem ter garantido higiene, alimentação, guarda de pertences, etc.

O mesmo não é garantido para as crianças e adolescentes, pois eles não são públicos dos Centros Pop e acabam tendo que fazer suas necessidades básicas na rua. Os movimentos já elaboraram uma proposta de inclusão de um novo serviço na tipificação dos serviços socioassistenciais, o Centro Especializado de Referência para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, em processo de análise no Conselho Nacional de Assistência Social, desde 2016.

O Desafio da Falta de Dados

A formulação de políticas públicas e definição de melhores estratégias de atuação dos serviços existentes sofre com um grande problema que é a falta de dados nacionais. Todas as negociações feitas com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não surtiram efeitos e a população em situação de rua não irá ser contabilizada no Censo 2020, tendo como consequência, ficar mais dez anos sem dados nacionais para enfrentar a situação de rua com maior qualidade no país.

O IBGE alega falta de recursos, metodologia e profissionais qualificados para pesquisar essa parcela da população, devido à complexidade da situação de rua. Ao mesmo tempo não faltam experiência locais de pesquisa, desenvolvidas por secretarias municipais de assistência social e organizações da sociedade civil, só que somadas, essas iniciativas não dão conta de demonstrar o cenário nacional dessa situação.

A única pesquisa nacional na história do Brasil, foi desenvolvida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2009, intitulada “Rua Aprendendo a Contar”. Diante da dinâmica da população em situação de rua, a pesquisa continua como referência, mas não reflete a realidade atual, algumas escolhas metodológicas também geraram grandes prejuízos. Ao escolher não contabilizar crianças e adolescentes, e ao não realizar a pesquisa em todas as cidades com comprovada presença de pessoas em situação de rua.

Sendo as pessoas em situação de rua público prioritário da política de assistência social, e por sua condição estando no perfil do Cadastro Único, o investimento dos municípios

em inscrever essas pessoas no CadÚnico pode representar uma importante fonte de dados, para superar a ausência de informação e contribuir para a qualificação das políticas públicas voltadas a esse público. Mas não podemos esquecer que o cadastro também tem suas limitações, por não poder inscrever menores de 16 anos como responsável pelo cadastro. Deixando uma importante parcela desse público de fora.

O Desafio de Acesso aos Serviços

Um outro desafio é a desterritorialização da situação de rua, a presença das pessoas em situação de rua não está restrita ao município que sua família reside, eles transitam por vários municípios no entorno das capitais e polos econômicos regionais. O que impõem aos entes federados a necessidade de articular estratégias intermunicipais e em vários territórios ofertar serviços regionalizados, para atender essa complexidade.

Não é só um desafio para garantir os direitos socioassistenciais, esse contexto se repete na garantia do direito à saúde, o diálogo entre as equipes municipais e estaduais que trabalham diretamente com a população em situação de rua e a utilização do prontuário digital por parte dos técnicos sociais dos serviços socioassistenciais, é condição fundamental para ampliar a qualidade do atendimento. E garantir o histórico das ações de cuidado realizadas com cada indivíduo, que pode conduzir a escolhas mais eficazes na atuação das equipes por melhor compreensão do contexto que cada um está vivenciando.

O acesso aos vários serviços públicos é uma grande dificuldade para a população em situação, o que para qualquer cidadão é um ato simples, entrar numa unidade pública e solicitar um atendimento, para as pessoas em situação de rua é normalmente uma longa saga, quando não é barrado na entrada por um agente de segurança, fica na burocracia da recepção por falta de documentos, e se der a sorte de superar essas dificuldades ainda não está garantido o atendimento, pois vários profissionais se recusam a atender uma pessoa em condições de higiene precárias.

Logo, a consequência imediata é as pessoas em situação de rua, só acessar serviços de emergência, onde o risco de morte seja eminente. Não conseguindo manter uma rotina de

autocuidado, e sendo estabelecido um processo permanente de negação dos seus direitos sociais básico.

Para superar esse desafio as equipes de aproximação social das políticas de assistência social e de saúde tem adotado como estratégia acompanhar as pessoas em situação de rua nos atendimentos, mesmo assim, em alguns casos o direito do cidadão em situação de rua é negado, demandando toda uma articulação institucional e hierárquica para garantir a oferta de serviços básicos e disponíveis.

Esse acesso as políticas públicas também é limitado por falta de serviços destinado a esse público, que reconheça suas especificidades e limitações. A política de educação por exemplo não desenvolveu nenhuma estratégia para garantir esse direito a essa parcela da população, as pessoas em situação de rua que se adequem ao ambiente escolar, pois não foram desenvolvidos nenhum programa ou projeto adequado a esse público. Mesmo não faltando experiências exitosas como a escola meninos e meninas do parque em Brasília, em atuação desde 1992.

Bem como na política de habitação, até mesmo o programa minha casa, minha vida, que prevê entre seus vários públicos as pessoas em situação de rua, incluído pela portaria MCidades nº 163/2016, pouco foi feito e articulado para efetivamente garantir esse acesso. Concretamente inviabilizando a mudança do modelo brasileiro para o foco na “Moradia Primeiro”.

Sem escolaridade e sem casa, o acesso ao emprego fica muito limitado, e para enfrentar essa questão o Ministério do Trabalho nunca propôs um programa ou projeto específico para elevar as possibilidades e oportunidades dessa população. Segundo a pesquisa nacional (Brasil 2009), 70,9% das pessoas em situação de rua exerce alguma atividade remunerada e 58,6% afirmam ter uma profissão.

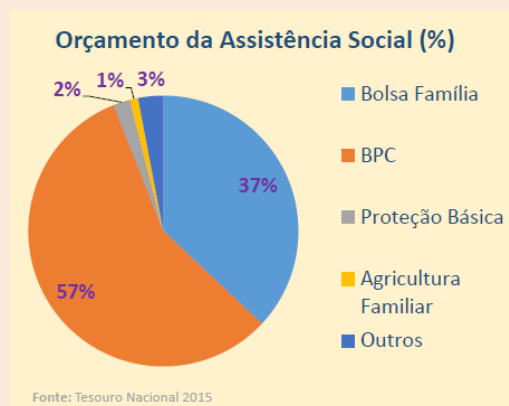
O Desafio do Financiamento

A população em situação de rua ainda é invisível para várias políticas públicas, mas para além dessa questão, outro desafio se sobressai, que é o baixo financiamento. Ao analisar o orçamento nacional da assistência social, no ano de 2015, fica claro o baixíssimo investimento na proteção social especial, onde estão situados a maioria dos serviços socioassistenciais para a população em situação de rua. Os valores repassados para a maioria dos

serviços dessa política, estão estacionados desde 2013. E com a aprovação da emenda constitucional 95/2016, que congela os recursos das áreas sociais até 2026, a ampliação e qualificação da oferta dos serviços socioassistenciais fica inviabilizada, caso não aja nenhuma mudança nas prioridades nacionais ou na dinâmica institucional.

Ao mesmo tempo, sem dados atuais sistematizados, para quem está trabalhando nas ruas, é possível perceber que o número de pessoas em situação de rua no país está aumentando, e com os elevados índices de desemprego, a tendência é se agravar.

Essa precarização do investimento federal e quase total ausência de cofinanciamento estadual, gera forte pressão nas contas públicas dos municípios brasileiros, tendo por consequência, os atuais baixíssimos salários praticados, equipes com composição mínima, sobrecarregadas, trabalhando em estruturas físicas precárias, gerando descrença, evasão e indignação dos usuários da política de assistência social.



FONTE: Tesouro Nacional, 2015.

O Desafio dos Profissionais: Perfil e Formação

A falta de formação continuada, também é mais um desafio a ser superado, para a garantia dos direitos socioassistenciais da população em situação de rua, o que vem sendo ofertado como formação para os profissionais dessa política, pelos governos estaduais, é pouco e tem um carácter generalista. As formações específicas focadas no serviço e na

atuação dos profissionais estão sendo desenvolvidas no limitado formato EaD. E são poucos os municípios que investem em momentos de formação em serviço e troca de experiência entre municípios.

O perfil dos profissionais da política de assistência social também vem mudando, o que antes eram pessoas com trajetória de militância e atuação junto a movimentos sociais, hoje uma grande parcela, não teve experiências anteriores e/ou nunca passaram por momentos formativos. Nesses casos, é fundamental garantir uma rotina de reflexão sobre a prática profissional orientada pelos princípios, diretrizes e orientações técnicas, entre a equipe de trabalho e, sempre que possível, com outros de outras equipes e municípios. Principalmente para o atendimento da população em situação de rua que é tão complexo, dinâmico e de relações intermunicipais e interestaduais, dependendo do território.

Outro fator que aumenta as dificuldades são as relações política partidárias na composição das equipes. Cada vez mais consolidada nos três níveis de gestão, mais do que um critério para seleção de pessoal, esse processo vem transformando a capacidade e experiência profissional em algo menor, dando espaços estratégicos para a garantia dos direitos a população em situação de rua, a indivíduos que desconhecem completamente essa situação, que não tem o menor compromisso com essas pessoas, deixando claro, em vários momentos seu nojo e desprezo por esse público específico. Indivíduos que por ter importante papel no jogo partidário são preteridos nos processos de contratação, muitas vezes sem conhecimento e compromisso. Neste sentido que sofre e paga o preço é a população em situação de rua. Claro que isso não é generalizado, em vários partidos existem grandes quadros profissionais da área social, o fundamental, nestes casos, é o perfil, o compromisso e o respeito com essa população.

O Desafio da Representação Midiática

A forma, como as pessoas em situação de rua são representadas na mídia é um outro elemento que pode impulsionar a garantia de direitos, ou cristalizar preconceitos e ampliar violências, a partir do discurso recorrente, da garantia ou negação da voz. A pesquisa *“Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de*

rua no jornalismo on-line” ministrada pela professora Viviane de Melo Resende da Universidade de Brasília, nos dá um conjunto de elementos para refletir sobre esse processo.

A pesquisa foi realizada entre 2011 e 2013, analisando o discurso e representações da população em situação de rua nas matérias dos três maiores portais de notícia do país: Folha de São Paulo, O Globo e Correio Brasiliense.

Avaliação OG	Políticas Públicas X Intertextualidade
Acomodados	1
Incômodas	8
Indisciplinados	2
Mal-educados	3
Mentiroso	1
Oportunistas	2
Perigosos	14
Viciados	10

Durante o período foram identificados 743

FONTE: O Globo 2011 – 2013 matérias com foto

textos sobre o assunto, sendo 121 do O Globo, dessas matérias, apenas em 2, a pessoa em situação de rua foi entrevistada para dar sua opinião. As características dadas as pessoas em situação de rua eram: incômodos, acomodados, indisciplinados, mal-educados, mentirosos, oportunistas, perigosos e viciados, em nenhuma matéria a avaliação foi positiva.

Enfim, segundo a mesma pesquisa, os textos e imagens publicados em O Globo cruzando as temáticas da situação de rua e das políticas públicas são eficazes em não mencionar as políticas públicas necessárias à superação da situação de rua. Nada se diz de políticas de habitação, educação, saúde, esporte e lazer; nada se diz sobre os direitos violados das pessoas em situação de rua. Há um foco exclusivo: os direitos e privilégios de outros segmentos populacionais e sua segurança.

É a essa conclusão que a pesquisa chegou e é importante entender que essa forma de representação social vai cristalizando preconceitos e fundamentando práticas de violência contra a população em situação de rua.

O Desafio da Violência

O extermínio contra pessoas em situação de rua é a face mais cruel do preconceito social que desumaniza e “autoriza” a prática cotidiana da violência, faltam dados oficiais. Mesmo depois de morto, pois devido à falta de documentação civil e contato com os familiares para reconhecimento do corpo, a maioria das pessoas em situação de rua são enterrados como indigentes. Nos últimos anos o assassinato de pessoas em situação de rua

no Brasil vem se tornando cada vez mais frequentes, sem estatísticas é difícil provar, mas os profissionais que trabalham na rua conseguem perceber esse absurdo.

A higienização não é mais, apenas uma prática de governantes autoritários. Cada vez mais é um clamor de uma sociedade de classe média, isolada, amedrontada, e com cada vez menos valores cristãos, desejosas por ruas limpas para si, independentemente da situação que o outro está inserido, ou do que acontecerá com ele, se morrer, “é menos um”.

Faltam dados da segurança pública para comprovar, mas a experiência de trabalho na rua e a escuta das pessoas em situação de rua, mostra que no país inteiro é recorrente a ligação entre o extermínio da população em situação de rua e a ação de policiais, normalmente fora de horário de trabalho, financiados por pequenos comerciantes. E é nessa hora que o discurso que é alimentado na mídia, fecha o seu ciclo, a partir da ação de algum respeitado “cidadão de bem” que assume a missão de limpar a cidade, desses seres desumanizados, “incômodos”, “viciados”, “perigosos”.

O Desafio da Luta

Todos os estados que avançam na garantia dos direitos das pessoas em situação de rua têm algo em comum, o Movimento de População em Situação de Rua é forte. As pessoas em situação de rua conseguem se encontrar com frequência e definir ações de forma autônoma, sem a tutela de nenhuma organização, tem lideranças que não se deixam cooptar por oferta governamental de emprego que fortalece o indivíduo e enfraquece a luta. Tem uma grande proximidade com o Ministério Público e várias organizações do estado apoiam o movimento.

Em Pernambuco, esse caminho começou a ser trilhado em 2018, com o apoio da Pastoral do Povo da Rua. Desta iniciativa nasceu o Movimento Estadual de População de Rua de Pernambuco e de forma autônoma está trilhando seu caminho de luta pela garantia dos direitos das pessoas em situação de rua. Os serviços socioassistenciais devem estimular e apoiar a participação dos usuários nesse processo, é fundamental para a construção de avanços e superações de desafios.

O movimento vem desempenhando importante papel no funcionamento e fortalecimento do Fórum de População em Situação de Rua de Pernambuco, espaço que congrega pessoas em situação de rua, militantes, profissionais e gestores, buscando soluções para os vários e imensos desafios para a garantia dos direitos das pessoas em situação de rua. Nesse período eleitoral o Fórum apontou suas principais bandeiras de luta e consequentes demandas para o poder público, onde focará sua luta nos próximos anos, vale a pena conferir. São elas:

1. Assegurar o atendimento em Saúde e Assistência social no território onde estiver esta população;
2. Fazer a adesão a Política Nacional de População em Situação de Rua conforme Decreto Nº 7.053 de 29.12.2009 pelo ente Estadual, com a elaboração, implementação e monitoramento da Política Estadual de População em Situação de Rua;
3. Efetivação e fortalecimento da política de saúde, e a parte de saúde mental, Política LGBT, Política de Igualdade Racial, Criança e Adolescente dentre outras;
4. Construir o diagnóstico Estadual de População em Situação de rua;
5. Democratizar e garantir acesso aos espaços e serviços públicos para as pessoas em situação de rua sem ter como prioridade a apresentação de documentação civil;
6. Capacitação permanente das equipes que trabalham com este segmento populacional nos espaços de saúde e assistência social;
7. Elaboração de uma política de segurança pública para a redução de índices de homicídios e violência contra as pessoas em situação de rua;
8. Assegurar cotas para este segmento na política pública de habitação;
9. Fortalecer os equipamentos e serviços existente de cuidado integral a população em situação de rua e ampliar a oferta destes serviços com a implantação de: centro de referência especializado a criança e adolescente em situação de rua; albergues noturnos, repúblicas e restaurantes populares;

10. Garantir orçamento Estadual para financiamento para os serviços destinados ao cuidado integral à população em situação de rua do Estado de Pernambuco.

Considerações Finais

Os desafios são muito grandes, mas a capacidade de resistência das pessoas em situação de rua e de vários militantes que atuam nessa área também é imensa. É fundamental entender que a garantia dos direitos socioassistenciais não se dará de forma isolada ou enfrentando apenas um desses vários desafios. Eles precisam ser enfrentados de forma articulada, incluindo todos os atores possíveis. Produzindo dados a partir da inserção no CadÚnico, contrapor para modificar o discurso midiático, construir estratégias para incidência na elaboração do orçamento público, aprofundando a reflexão sobre o modelo de atuação, avançando na articulação e interação entre os municípios.

Utilizando-se dos instrumentos que já temos, como o Fórum da População em Situação de Rua de Pernambuco e os Comitês Estadual e municipais, de forma assertiva e reflexiva, para apontar os rumos coletivos dessa luta, buscando incluir os órgãos das políticas que ainda não estão envolvidos, pois como diz a música do educador social e músico recifense Marcelo Pianinho, consagrada pelo Grupo Raízes de Quilombo “cadê você meu amigo, venha cumprir seu papel, venha lutar com a gente, liberdade e direitos não caem do céu”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RESENDE, Viviane de Melo. **Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo on-line**, Relatório de Pesquisa (PQ) 304075/2014-0, Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2018.

GATTO, Márcia. **Os indesejáveis**: das práticas abusivas e ideologia dominante no enfrentamento aos sujeitos indesejáveis no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. – 2017.

Apresentação InRua – Instituto Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua no 2º Encontro Nacional sobre os Direitos Socioassistenciais da População em Situação de Rua, Brasília – 2018.

Carta Aberta do Fórum da População em Situação de Rua de Pernambuco. 2018.